

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE ARTES E DESIGN
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU
TERMIINALIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL



Monografia

Thaís Cristina Martino Sehn

A memória social no estatuto líquido do livro digital

Pelotas, 2012

THAÍS CRISTINA MARTINO SEHN

**A MEMÓRIA SOCIAL NO ESTATUTO LÍQUIDO
DO LIVRO DIGITAL**

Monografia apresentada ao Centro de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes

Pelotas, 2012

Banca examinadora:

Prof. Me. Pablo Fabião Lisboa

Prof.^a Ma. Paula Garcia Lima

...
*um duelo entre
a vontade de tudo ver,
de nada esquecer,
e a faculdade da memória.*

Baudelaire, 1869

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Conceitos da Cultura Digital apresentados por Martin Hand diferenciado a mídia impressa da digital.....	41
Tabela 2	Mudança no cenário das Bibliotecas Públicas apresentada por Martin Hand diferenciado a mídia impressa da digital.....	42

RESUMO

SEHN, Thaís Cristina Martino. **A memória social no estatuto líquido do livro digital**. Monografia. Especialização Lato Sensu em Artes Visuais, terminalidade Patrimônio Cultural. Orientador: João Fernando Igansi Nunes, PGA UFPel/CEA, 2012.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a memória social na cibercultura a partir do que se compreende por “livro digital”. Com base no conceito de Zigmunt Bauman, o estudo enfoca a transição da Modernidade Sólida para a Líquida, possibilitando compreender os preceitos que configuram o cenário atual, no qual se insere o sujeito leitor. Percebe-se, em diversos contextos culturais, o reflexo do estatuto de liquidez das informações computacionais, através de características como efemeridade, fragmentação e desterritorialização. Na cibercultura tais peculiaridades geram artefatos condizentes com uma nova lógica. Através do hipertexto e da hibridização de linguagens, o livro ganha novas configurações nas “prateleiras” virtuais. A transformação do livro impresso para o digital é analisada sob a ótica das diferenças de experiência de leitura e guarda da memória, contrapondo as características inerentes ao objeto tradicional às potencialidades oferecidas pela nova mídia. Além da convergência de linguagens e possibilidades de interação que interferem no ato da leitura e, por conseguinte, na memória que o leitor leva consigo dessa experiência, também são abordadas questões referentes à preservação desse artefato digital, visando mantê-lo disponível para ser acessado/utilizado por gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVES: modernidade líquida, livro digital, hipertexto, memória e cibercultura.

ABSTRACT

SEHN, Thaís Cristina Martino. **Collective Memory under the liquid modernity law of E-book**. Monography. Specialisation Lato Sensu in Visual Arts: Cultural Heritage. Supervisor: João Fernando Igansi Nunes, PGA UFPel/CEA, 2012.

The purpose of the following study is to reflect on collective memory in Cyberculture via e-book. It focuses on Zigmunt Bauman's Liquid Modernity concept, making allowances for understanding some of the general precepts surrounding current settings which the subject reader is in. The very 'liquidity' of digital information is a recurring event throughout different cultural contexts based on its transient nature, fragmentation and loss of territory aka Canclini's Deterritorialization. Such peculiarities are clearly seen in Cyberculture as books gain new configurations on digital 'shelves' with the help of handy features such as hypertext and crossbred languages. We had put on our differences-in-reading-experiences and memory-guard colored glasses while scrutinizing the changes from printed to electronic book. We strived for contrasting innate characteristics of the traditional object with the new medium potentialities. This study nonetheless approaches e-book preservation looking forward to making it available to be browsed /read by future generations.

KEY WORDS: Liquid Modernity, E-book, hypertext, Memory and Cyberculture.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
 1 Da modernidade sólida à líquida: uma introdução ao contexto do leitor do livro digital.....	 12
1.1 quando o sólido virou líquido.....	15
1.2 Espaços compartilhados.....	18
 2 Suportes de memória: do livro impresso ao digital.....	 22
2.1 O livro sólido.....	23
2.2 O livro líquido.....	26
2.2.1 O triunfo do hipertexto.....	29
2.2.2 possuir versus acessar.....	32
 3 O futuro da memória na cibercultura.....	 37
 Considerações finais.....	 46
Referências Bibliográficas.....	50

INTRODUÇÃO

A memória é um dispositivo humano que estabelece um elo entre os fatos conhecidos e percebidos pela mente. Transmitida de maneira oral, imagética ou escrita, conecta passado, presente e futuro, situando cada acontecimento em um contexto maior. A memória, enquanto substrato de informações, orienta a sociedade, dando a sensação de tempo decorrido e de continuidade de existência (CANDAU, 2009). Através da memória o sujeito sente-se “detentor de uma essência que permanece estável no tempo” (CANDAU, 2009, p. 47). Provavelmente, a fim de assegurar essa permanência, independente do tempo transcorrido e da permanência das pessoas no mundo, o homem preocupou-se em criar mecanismos de retenção e registro, como: livros, diários, fotografias, desenhos etc.

O livro chega ao contexto atual como um grande guardião da memória, pois através de seu conteúdo – imagético ou textual – tem a capacidade de transmitir a um vasto número de pessoas de sucessivas gerações, as histórias vividas ou inventadas por certo alguém. Dessa maneira é possível alcançar um grau de imortalidade já que, nas páginas do livro, seu nome, talvez sua imagem e principalmente suas ideias permanecerão vivos – sendo lidos e lembrados – mesmo depois de sua morte.

A tecnologia avança e assim as ferramentas capazes de captar a matéria-prima das lembranças, também. Desenhos e descrições podem parecer insuficientes para guardar os momentos com a desejada perfeição, comparados com os recursos atualmente disponíveis como fotografias, gravações de som, vídeos e tantos outros que já estão sendo desenvolvidos, dentre os quais podem ser citadas as projeções tridimensionais, realidade aumentada etc. Alguns pensadores questionam se o certo seria estimular a memória humana para funcionar “sozinha” ou se esta deveria utilizar-se de suportes materiais para ser evocada; no entanto é fato que a memória precisa ser exercitada e cada vez que se evoca uma lembrança esta se modifica e se atualiza. Sendo assim, a própria memória influencia na criação de artefatos que possam ser utilizados para acessá-la posteriormente e esses mesmos artefatos

também modificarão a imagem mental que se tinha até então. O foco deste trabalho não é aprofundar-se no sistema cognitivo do cérebro e sim perceber a atenção dada a esses artefatos – em especial ao livro digital – para assegurar que os arsenais de informações desenvolvidos se mantenham acessíveis às gerações futuras.

Tendo em vista que os acontecimentos são interligados, para refletir sobre o tema julgou-se necessário contextualizar a relação do sujeito com o espaço e o tempo. Flusser (2007, p. 36) ponderou que se considerasse “a história da humanidade como uma história da fabricação, [...] torna-se possível distinguir, *grosso modo*, os seguintes períodos: o das mãos, o das ferramentas, o das máquinas e o dos aparelhos eletrônicos” (FLUSSER, 2007, p. 36, grifo do autor). Fabricar, para o autor, é o ato de apropriar-se de um material dado pela natureza, convertê-lo em algo manufaturado, atribuir aplicabilidade e, por fim, utilizá-lo. “Esses quatro movimentos são realizados primeiramente pelas mãos, depois pelas ferramentas, em seguida pelas máquinas e, por fim, pelos aparatos eletrônicos” (FLUSSER, 2007, p. 36). Essas ações configuram para Flusser (2007) a caracterização do *Homo faber*, o homem que fabrica, em oposição à denominação usual *Homo sapiens sapiens* (homem duplamente sábio).

Observou-se que houve uma grande mudança social na virada do século XIX para o XX, quando se instaurou o período conhecido por Modernidade. O período das máquinas (Revolução Industrial) alterou a sociedade; entre outras coisas, a arquitetura passou a ser feita para abrigar o maquinário de produção, a chegada e a partida dos homens passaram a ser reguladas pelo horário do trem. Flusser (2007, p. 37) afirmou que a relação homem-ferramenta inverteu-se; se outrora o homem era constante e a ferramenta variável, no “caso da máquina, é ela a constante e o homem, a variável” (FLUSSER, 2007, p. 37). Essa relação alterou-se novamente na era dos aparatos eletrônicos, onde se estabeleceu uma função reversível, “ambos só podem funcionar conjuntamente: o homem em função do aparelho, mas da mesma maneira, o aparelho em função do homem” (FLUSSER, 2007, p. 40). Nesse novo cenário, onde o conteúdo é acessado através das pontas dos dedos, surgiu também um novo homem que prefere sensações, “não é mais uma pessoa de ações concretas, mas sim um *performer*: *Homo ludens*, e não *Homo faber*” (FLUSSER, 2007, p. 58, grifo do autor).

Essa mesma mudança também foi narrada por Bauman (2001) em seu livro *Modernidade Líquida*. Para este autor, o homem contemporâneo vivencia o período

denominado por ele como sendo a *Modernidade Líquida*, que foi se transformando a partir das mudanças ocorridas na *Modernidade Sólida*. Para entender o sujeito atual, o primeiro capítulo abordará essa transição, do sólido para o líquido.

Uma das grandes marcas do início dos tempos modernos foi a reforma urbana de Paris, na metade do século XIX. Essa nova estrutura de organização serviu de modelo para outras cidades que, como o Rio de Janeiro, por exemplo, também quiseram refletir no espaço os valores e ideais desse primeiro momento – a Modernidade Sólida – onde as máquinas começaram a ditar o ritmo do passo que o homem deveria andar. Nessa mudança a circulação era posta em evidência e Ortiz (1998, p. 215) advertiu: “Ao privilegiar a mobilidade, a ‘raiz’ encontra-se ameaçada. Uma tensão emerge entre movimentação e fixidez. [...] Paris se transformava numa cidade de nômades”. O sujeito contemporâneo, característico da Modernidade Líquida, é fruto da evolução desse pensamento que se intensificou e se modificou também em função dos aparatos eletrônicos, que alteraram a forma do homem relacionar-se com o mundo.

O computador oferece um universo digital que vai além da lógica da máquina ou da ferramenta, uma vez que ele converge para funções distintas.

O espaço que as redes fizeram nascer – espaço virtual, global, pluridimensional, sustentado e acessado pelos computadores – passou a ser chamado de ‘ciberespaço’, termo cunhado por William Gibson, na sua novela *Neuromancer*, em 1984. Um espaço que não apenas traz, a qualquer indivíduo situado em um terminal de computador, fluxos ininterruptos e potencialmente infinitos de informação, mas também lhe permite comunicar-se com qualquer outro indivíduo em qualquer outro ponto da esfera terrestre (SANTAELLA, 2007, p. 177).

A cibercultura instaura, incontestavelmente, uma nova maneira de agir e pensar. Assim como oferece novos artefatos para o homem relacionar-se por meio de objetos palpáveis (*hardwares*), possibilitou o aparecimento dos artefatos virtuais (*softwares*) e entre eles o livro digital, que pode ser acessado através de computadores de mesa, *notebooks*, *tablets*, celulares etc. Em virtude da disponibilização deste, surgiram questionamentos sobre o possível desaparecimento do livro impresso; no entanto, apesar de o livro digital configurar um desdobramento do impresso, não há indícios que sinalizem para o fim do mesmo como este é conhecido. Villaça (In: COUTINHO; GONÇALVES, 2009, p. 196) se apoia na manchete sobre 17ª Bienal do Livro em São Paulo para afirmar que “o livro de papel

dá sustento ao eletrônico”. O autor revela que as editoras eletrônicas se associam às do livro impresso e apontam a versão digital como uma mídia adicional que encontrará seu nicho de mercado. Essa transformação do livro impresso para o digital será abordada no capítulo 2.

Nota-se que as revoluções tecnológicas podem ocorrer em um período menor de tempo do que as culturais. Ao longo da história frente a momentos de grandes revoluções tecnológicas, normalmente imaginam-se grandes mudanças estéticas e conceituais, porém os resultados obtidos com esses eventos são vistos mais como inovações técnicas do que alterações do conceito em si. Sendo assim, é válido refletir a respeito de como estão sendo utilizadas as potencialidades que se apresentam hoje com os recursos digitais e, ainda, observar os indícios de como serão exploradas no futuro. Percebe-se que o leitor/escritor não está mais amarrado às regras do código e aos índices biblioteconômicos, mas como ele lidará com a liberdade que se enseja?

A partir dessa mudança tecnológica ainda não está claro como será garantido o acesso a esses novos artefatos virtuais em um cenário que está em constante e rápido aprimoramento, onde o dispositivo de uma década atrás já torna-se obsoleto frente aos novos equipamentos. No 3º capítulo será feita uma análise de como está sendo tratada a memória no contexto digital, pensando justamente na preservação desses arquivos virtuais em um ambiente que não oferece garantias, onde tudo é passível de ser atualizado, deletado ou corrompido.

CAPÍTULO 1

DA MODERNIDADE SÓLIDA À LÍQUIDA: UMA INTRODUÇÃO AO CONTEXTO DO LEITOR DO LIVRO DIGITAL

O homem se caracteriza como um ser dinâmico, tendo em vista que possui a capacidade de adaptar o ambiente às suas necessidades e, conseqüentemente, adequar-se ao espaço de acordo com as prerrogativas que lhe são impostas. No sujeito da contemporaneidade notam-se características como: fragmentação, individualização e superficialidade, as quais se repetem no âmbito das relações humanas, nas experiências vividas e no interesse por determinados assuntos. Ao analisar o percurso histórico, percebe-se que tais traços foram forjados na “modernidade”.

Charles Baudelaire, poeta e teórico, viveu nesse período e escreveu o livro *Sobre a Modernidade*, publicado pela primeira vez em 1869, onde dissertou a respeito de seu sentimento perante o mundo ao qual ele percebia em transformação. Através de seu olhar, o autor atualizou o belo, agregando a este o presente vivido, o que se pode confirmar através de suas palavras: “é muito mais cômodo declarar que tudo é absolutamente feio no vestuário de uma época do que se esforçar por extrair dele a beleza misteriosa que possa conter” (BAUDELAIRE, 1996, p. 25). Diante de um paradigma onde eram cultuados os grandes mestres do passado, ele afirmava que “cada época tem seu porte, seu olhar e seu sorriso” (1996, p. 25), inclusive o presente. Sem deixar de admirar as peculiaridades dos tempos anteriores, Baudelaire introduziu um apreço especial ao “aqui e agora”, que, como será abordado no decorrer deste texto, se transforma, dentro do cenário contemporâneo, no culto ao efêmero.

Com o intuito de compreender-se essa trajetória do homem que o conduz ao dito sujeito moderno, este estudo apoia-se em Ortiz (1998) e mostra o marco de transformação, que deu início na França, na metade do século XIX, quando surgiu uma nova Paris. Nesse contexto, a sociedade deixou de se organizar como se fosse

formada de pequenas células autônomas independentes e passou a valorizar a circulação de pessoas, mercadorias e objetos (ORTIZ, 1998, p. 195), unindo, dessa forma, vários pontos da cidade. Deixava-se para trás o viver isolado dos “mundos”, onde em cada bairro ou rua havia tudo o que era necessário para a subsistência humana (alfaiataria, padaria, açougue etc). Até aquela ocasião, não era muito comum o sujeito se deslocar para outros pontos da cidade, tendo em vista que não havia a necessidade de buscar serviços em lugares mais distantes.

No entanto, neste momento preconizou-se a “ligação entre diversos segmentos da cidade” (ORTIZ, 1998, p. 198) e, guiada por esses ideais, foi realizada a reforma urbana na capital francesa. Idealizada por George Eugene Haussmann, a instaurada urbanização de Paris ocorrida de 1853 a 1882, refletiu no espaço da cidade a condição da modernidade, ou seja, ali a eficiência deveria ser maximizada ao extremo (LE MOS, 2002, p. 54). Percebeu-se a imperativa de racionalizar o espaço de acordo com sua função, e assim, por exemplo, determinados serviços iriam ser concentrados no mesmo local, bairros residenciais seriam separados de centros mercadológicos, levando, conseqüentemente, as pessoas a executarem alguns deslocamentos que então se fariam necessários.

Esta proposta partiu da ideia de que o centro urbano passasse a ser visto como um organismo vivo e as ruas como seu fluxo sanguíneo (ORTIZ, 1998). Para tanto, o autor afirma que Paris foi cortada por largas avenidas, as quais ficavam imbuídas do dever de unir os pontos extremos da cidade. Ao longo dessas novas ruas foram determinados espaços de comércio e moradia, instituindo-se, também, um modelo padrão de construção, onde o térreo seria destinado a pontos comerciais e os andares superiores a residências. Tendo em vista que não havia elevadores na época, ocorria uma equação inversa, ou seja, quanto mais alto o andar, menor o custo e, conseqüentemente, também a renda de seus moradores. Em função das fábricas, os trabalhadores se concentravam na região leste e os ricos iam para o oeste e assim, nesse sistema de racionalização do espaço cada local possuía uma especialidade e entre os vários locais redefinidos, a “circulação é o único elo que os põe em comunicação. O espaço é uma função integrada no interior de um sistema” (ORTIZ, 1998, p. 209). Com as transformações das escalas e a organização urbana, a mudança ocorrida fazia com que a percepção do tempo e do espaço ficasse cada vez mais fácil de ser observada.

Nessa reflexão, Lemos (2002) se apoiou em Habermas para afirmar que na modernidade se alimentava “a esperança (crença?) no controle, domínio e domesticação racional, científica e técnica das forças naturais” (LEMOS, 2002, p. 65), inclusive Canclini (2003), antropólogo argentino, teórico das comunicações, reafirmou a necessidade que surgiu no período de distribuir organizadamente os objetos e signos em lugares específicos e hierarquizados: as mercadorias de uso atual deveriam estar nas lojas; os objetos do passado, em museus de história e aqueles que pretendiam valer por seu sentido estético, nos espaços de arte. A partir do estabelecimento dessas bases, as escolas e os meios de comunicação disseminavam à população como agiriam diante dessas inovações. A institucionalização dos espaços diferenciava objetos, pessoas, classes sociais... Além da localização da moradia no contexto físico, a educação também era utilizada para distinguir um semelhante de outrem: saber como se comportar e se vestir em lugares cultos, conhecer a organização dos bens culturais, entender de ópera ou obras de arte eram privilégios das classes mais altas, que, por sua vez, se diferenciavam daquelas que sabiam as questões do folclore popular e da cultura de massa.

O que vai caracterizar a modernidade é, para Habermas, a independência e a autonomia específica próprias às esferas da ciência, da moral, da religião e da arte. Estas esferas passam a ser institucionalizadas, traduzidas por discurso de segunda ordem que as individualizam e as decompõem. A racionalidade formulada no século XVIII deprecia as tradições impulsionando uma transformação racional e radical das condições sociais de existência. Como explica Habermas, o processo de racionalização “da cultura ocidental significa que os setores, de agora em diante tratados por especialistas (a ciência, a moral, a arte), tornam-se autônomos e rompem suas ligações com correntes da tradição” (LEMOS, 2002, p. 53).

O homem vivia em um período onde o tempo e o espaço se transformavam e a percepção destes também. Com a criação do transporte ferroviário, o tempo intermediário do trajeto se reduziu bruscamente e aqueles, que antes transitavam “a uma velocidade que os integrava à paisagem”, nesse novo contexto perdiam “essa percepção de continuidade, os espaços locais tornam-se elementos descontínuos, pontilhados ao longo da viagem” (ORTIZ, 1998, p. 222). Essa velocidade jamais experimentada anteriormente causava a sensação de que as distâncias se extinguíam e ditavam um novo tempo para o cidadão parisiense: “O ‘preço do tempo’ altera o passo das pessoas, elas transitam mais rápido do que ‘antigamente’. O ritmo

incessante das atividades atinge inclusive hábitos arraigados da sociabilidade cotidiana” (ORTIZ, 1998, p. 224).

Ortiz (1998) ainda descreveu que nesse novo cenário se passava a viver mais depressa, a experimentar e cumprir o maior número de atividades no menor tempo possível, o hábito da conversação diminuiu; os alfaiates tornaram-se menos procurados – em detrimento da produção em série de roupas – e, entre outras coisas, o relógio se transformou em um acessório fundamental da vestimenta, como consequência das atividades serem pautadas pelo horário de chegada e partida do trem.

Consequentemente, em meados do século XX, “as artes e a arquitetura são investidas por essa racionalização do mundo, estando em rompimento com o ecletismo do século XIX” (LEMOS, 2002, p. 67). Na modernidade é levada em consideração a premissa de que o passado deve ser rejeitado, forjando “uma concepção linear e progressiva da história” (LEMOS, 2002, p. 67), onde o avanço seria uma consequência lógica para a própria existência da mesma. Tendo em vista essa confiança em um futuro melhor, apoiado na tecnologia e na racionalidade humana, é compreensível que esse paradigma tenha se transformado após a percepção de que essa postura conduziu a humanidade às grandes guerras. “Não há modernidade se não é mais possível falar de futuro” (LEMOS, 2002, p. 67); consequentemente, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma nova Modernidade, que pauta a compreensão do sujeito não mais apenas no deslocamento, nos territórios e na solidez da permanência, mas a partir de outras características, tais como a falta de necessidade de um local fixo, a liquidez e a efemeridade.

1.1 QUANDO O SÓLIDO VIROU LÍQUIDO

Para o autor Zigmunt Bauman, sociólogo polonês, a modernidade se divide em duas fases: a *sólida* e, posteriormente, a *líquida*; nomeando-se cada uma delas de acordo com as suas características específicas. Como se comentou anteriormente, no surgimento da modernidade buscava-se, através da racionalização das tarefas e do espaço, a previsibilidade e a durabilidade, características encontradas nos sólidos, tornando o mundo mais fácil de ser administrado. Diante de tal constatação Bauman (2001) denomina esse período inicial como *Modernidade Sólida*. No entanto, a

grande ironia é que as transformações de espaço e tempo realizadas para configurar o período sólido foram as mesmas que alavancaram o desenvolvimento das características “líquidas” do período seguinte, pois com a especialização dos locais, a circulação foi posta em evidência, culminando com outros fatores como velocidade de locomoção e comunicação e, inclusive, decepção com o rumo da história, pelo advento das grandes guerras.

Os primeiros indícios da efemeridade, ainda nesse primeiro momento da modernidade, podem ser apontados no conceito de belo apresentado por Baudelaire (1996), uma vez que, anteriormente, a beleza era tida como algo único, absoluto e transcendental – dentro dos cânones greco-romanos – e este autor introduziu o contexto circunstancial a esta caracterização, afirmando que o belo é formado por um elemento eterno invariável e também por um elemento relativo, “que será, se quisermos, sucessiva ou combinadamente, a época, a moda, a moral, a paixão” (BAUDELAIRE, 1996, p. 10). A partir da modernidade passa-se a apreciar o presente e não somente o passado, “[a] modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e imutável” (BAUDELAIRE, 1996, p. 25).

Além de um novo olhar para o presente, a facilidade de locomoção, através do aperfeiçoamento dos meios de transporte e também a evolução dos meios de comunicação, por meio dos artefatos eletrônicos surgidos no século XIX, como o telégrafo, o rádio, o telefone, o cinema e, ainda, o computador em rede no século XX (LE MOS, 2002), tornou mais fácil o agir à distância. Se anteriormente – na Modernidade Sólida – era privilegiada a circulação de pessoas e mercadorias, com esses avanços – na *Modernidade Líquida* – a necessidade de fixar-se a um território se tornou menos relevante dentro das tendências mundiais. Esses fatores somados à perda da crença no progresso – em decorrência das grandes guerras – e, por conseguinte, à valorização do instantâneo, moldaram a sociedade dentro das peculiaridades contidas nos fluidos, que serão abordadas no decorrer deste estudo. Ao caracterizar essa diferenciação de momentos, o autor ilustra:

Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, [...] neutralizam o impacto e, portanto diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço

que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas 'por um momento' (BAUMAN, 2001, P. 8).

Esse fenômeno de “liquefação” – que conduz o sujeito da modernidade sólida para a líquida – é percebido não só nas relações com o espaço físico, mas também em diversos contextos que envolvem o sujeito. No cenário político, substituiu-se a tradicional “família monarca” - sistema de sucessão ao trono de maneira hereditária - por uma forma democrata de eleger seus representantes, que passaram a ser alterados periodicamente. Nas relações humanas, abriu-se mão dos relacionamentos duradouros, contrariando aquilo que outrora era preconizado, quando então os indivíduos aprendiam que, uma vez casados, mesmo que infelizes, deveriam passar o resto de suas vidas juntos. Atualmente prega-se a felicidade, seja ela proporcionada pela convivência com a mesma pessoa, pela troca periódica de parceiros ou, ainda, pela opção de viver só. Na área comercial, são poucos os produtos que acompanham o indivíduo a vida inteira e que ainda podem ser passados para as sucessivas gerações, como era feito antigamente. Hoje, na Modernidade Líquida, a grande parte dos produtos é feita com obsolescência programada, para que estes artigos possam ser substituídos em breve, por uma versão mais incrementada ou dentro dos novos parâmetros da moda.

O consumismo de hoje, porém não diz respeito à satisfação das necessidades [...] de identificação ou a auto-segurança quanto à 'adequação'. Já foi dito que o *spiritus movens* da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o desejo – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não-referencial que as 'necessidades', um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificação ou 'causa'. [...] [O] *desejo* tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado (BAUMAN, 2001, P. 88, grifo do autor).

Esse ímpeto, descrito por Bauman (2001), volátil e efêmero, evasivo e caprichoso, estende-se também ao consumo cultural, que adquire essas mesmas características no momento de sua produção e recepção. “Estabelece-se assim um duelo entre a vontade de tudo ver, de nada esquecer, e a faculdade da memória” (BAUDELAIRE, 1996, p. 30). No cenário contemporâneo – modernidade líquida - tal fenômeno é ainda mais visível através dos celulares com suas múltiplas funções, destacando-se, entre elas, o acesso à internet e redes sociais bem como, a câmera

digital, posto que, através desses mecanismos, torna-se possível, de certa forma, estar em vários lugares e/ou conectado com diversas pessoas ao mesmo tempo. “Qualquer instante do cotidiano, por mais insignificante que possa parecer, tornou-se fotografável” (SANTAELLA, 2007, p. 394) e, a partir dessas imagens o “fato” pode ser lembrado, o que traz um conforto ao medo do esquecimento. No entanto, esse consolo é ilusório, pois que são tantos os momentos registrados, que “o ato fotográfico perde a solenidade do gesto, banalizando-se: uma pequena ação entre outras, despida de diferenciação” (SANTAELLA, 2007, p. 397-8). Através dessas respostas imediatas, Paul Virilio afirma que não é privilegiada “a reflexão, o debate ou mesmo o exercício da memória” (LEMOS, 2002, p. 77-8), instaurando-se uma institucionalização do esquecimento.

Assim como a fotografia, outros produtos culturais – escrita, leitura, filmagem etc – são paulatinamente remodelados, da mesma maneira que a relação com a cidade e seus espaços são modificados através da nova sensação de tempo *versus* distância geográfica, proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação e locomoção. Na modernidade sólida foram instaurados locais determinados e hierarquias para diversos artifícios sociais, desde consumo cultural até moradia, entretanto com a priorização da circulação de pessoas e mercadorias, os limites impostos no início desse período “derretem” ao adentrar na modernidade líquida.

1.2 ESPAÇOS COMPARTILHADOS

Como foi visto, a partir da reforma de Haussman foi desencadeada a desvalorização do território e, assim como o espaço urbano foi dividido em vários segmentos, o contexto em que os elementos estão inseridos deixaram de ser um fator essencial para tornar-se um quesito adicional aos interessados. Pode-se interpretar tal fenômeno a partir do que Canclini (2003) teorizou como *descoleccionar* e *desterritorializar*.

Dentro da lógica da modernidade sólida, a qual dita que cada coisa tem o seu devido lugar, surge a formação de coleções especializadas em arte culta e folclore como “um dispositivo para organizar os bens simbólicos em grupos separados e hierarquizados” (CANLINI, 2003, p. 302), diferenciando, assim, o culto do popular do

massivo, por exemplo, “[a]os cultos pertenciam certo tipo de quadros, de músicas e de livros, [...] mesmo que fosse mediante o acesso a museus, salas de concerto e bibliotecas” (CANLINI, 2003, p. 302). Para esse tipo de hierarquização, conhecer a organização e saber relacionar-se com o bem simbólico já era uma forma de possuí-lo, tendo em vista que esse tipo de conhecimento só era adquirido em *determinados* locais frequentados por *determinadas* pessoas, mantendo-se a distinção social entre os indivíduos, através de suas famílias, origens, posses e culturas.

No entanto, através da evolução das tecnologias de comunicação e principalmente devido à proliferação dos computadores em rede ocorrida na modernidade líquida, a cultura, o conhecimento e a informação não se encontram mais fechados em determinado grupo ou espaço; pois “[a]gora essas coleções renovam sua composição e sua hierarquia com as modas, entrecruzam-se o tempo todo, e, ainda por cima, cada usuário pode fazer sua própria coleção” (CANLINI, 2003, p. 304), misturando referências de diversas áreas, tanto cultas, quanto populares ou massivas. Canclini assinala como os dispositivos de reprodução – fotocopiadoras, videocassetes, vídeos, video games, e, atualmente, a internet – corroboram para o fenômeno de *descolecionar*, “[n]eles se perdem as coleções, desestruturam-se as imagens e os contextos, as referências semânticas e históricas que amarravam seus sentidos” (CANLINI, 2003, p. 304). Sendo assim, esses limites também enfraquecem, já que se torna impossível distinguir certos grupos por seu conhecimento em arte ou em cultura popular, já que estes estão cada vez mais sobrepostos, gerando artefatos novos, dos ready-mades de Duchamp aos híbridos da engenharia genética.

Por meio desses processos, não é necessário ir à França para visualizar a Mona Lisa – para citar um exemplo popular – uma vez que qualquer sujeito já pode conhecê-la ao olhar sua reprodução em xerox, livros, canecas, chaveiros... e, se ficar hoje interessado nessa obra, pode ter acesso a informações sobre a mesma: seu pintor, a maneira como foi elaborada, o que ela representa etc. Essas facilidades de acessos tecnológicos, no mundo líquido, não fornecem indícios de onde a pessoa provém ou estudou, tendo em vista que a informação está disponível a todos, mesmo que de forma fragmentada ou reinventada.

A partir do momento em que se vive um pouco em cada lugar e que a informação consegue chegar a, praticamente, qualquer parte do mundo, passa a ocorrer o que Canclini (2003) chama de *desterritorialização* e *reterritorialização*.

Desterritorialização define-se pela “perda da relação ‘natural’ da cultura com os territórios geográficos e sociais” e, conseqüentemente, reterritorialização por “certas realocações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas” (CANCLINI, 2003, p. 309). Para explicar melhor esse conceito, o autor demonstra o que acontece com algumas comunidades mexicanas que migram para os Estados Unidos e seguem conectadas aos seus grupos e costumes, sem ter a necessidade de estar em seu território. Afirmar ainda que esses dois pólos que se formaram constituem uma comunidade única, mesmo que situada em espaços distintos e longínquos entre si. Com base nesse fenômeno, propõe uma cartografia alternativa do espaço social, onde o “circuito” seria mais relevante do que a “fronteira”. Dessa forma o autor confirma com outras palavras a mesma desvalorização do território/contexto tratada por Bauman(2001):

A mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. No universo de *software* da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; cancela-se a diferença entre ‘longe’ e ‘aqui’. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta. (BAUMAN, 2001, p. 136. Grifo do autor).

Nesses casos, o conceito de conexão ultrapassa a fisicalidade das coisas materiais que são impedidas, pela lei da natureza, de estarem em dois locais ao mesmo tempo, “[...] não há oposição, mas sim intensificação das ligações entre o espaço de fluxos e o espaço de lugar” (SANTAELLA, 2007, p. 185). As tecnologias permitem que as pessoas estejam disponíveis mesmo àqueles que estão ausentes, sem deixar de atender aos que dividem o mesmo espaço, trazendo um sentimento de ubiquidade para a nova sociedade.

Na modernidade sólida, “o tempo é linear (progresso e história) e o espaço é naturalizado e explorado enquanto lugar de coisas (direção, distância, forma, volume)”. Na modernidade líquida, “o sentimento é de compressão do espaço e do tempo, onde o tempo real (imediato) e as redes telemáticas, desterritorializam (desespacializam) a cultura” (LE MOS, 2002, p. 72) ao que se conclui que o tempo é uma forma de aniquilar o espaço, configurando a atmosfera comunicacional da cibercultura.

Esse novo olhar para os fluxos em detrimento dos espaços também é percebido no cenário editorial, onde o livro ganha novas possibilidades, pois habita agora, além

das usuais e conhecidas prateleiras, as novas plataformas digitais. Com a utilização desses atuais meios para acessar a produtos culturais, comunicar-se com seus pares, criar novos artefatos etc, o homem incorpora novos hábitos e sofre alterações na sua cognição, desde a forma como interage com esses conteúdos até o momento de recordá-los posteriormente.

[T]he computer's morphing abilities, its multimedial and multimodal qualities, and the networked imperative to connect personal to public databases. [...] The material inscription of signifiers in bits, the convergence of singular media in multimedia machines, and the embedding of personal collections in global networks confront users with profound changes in their cognitive functions and habitual cultural practices¹ (DIJCK, 2007, p. 162).

Considerando a necessidade de haver uma inscrição em algum material para que a informação se mantenha preservada, o livro como suporte de memória está, por assim dizer, apontando para a lógica da modernidade sólida e seu análogo digital compreendido no que configura a modernidade líquida.

¹ “O computador transforma habilidades, possui qualidades multimedias e multimodais e o seu imperativo de rede é conectar dados pessoais a dados públicos. [...] Com a inscrição de significados em bits, a convergência de diversas mídias em uma só e a incorporação de coleções de arquivos pessoais na rede impõe a seus usuários uma profunda mudança em suas funções cognitivas e nas suas práticas culturais do cotidiano” (tradução nossa).

CAPÍTULO 2

SUPORTES DE MEMÓRIA: DO LIVRO IMPRESSO AO DIGITAL

O livro é oriundo de uma vontade de armazenar conhecimento, tarefa antes realizada pela oralidade. Com a invenção da escrita, o mundo passou a ser entendido de forma linear, surgindo, assim, a possibilidade de avaliá-lo como um acontecimento (FLUSSER, 2007, p.140), onde cada coisa se sucede à outra, pois os fatos são narrados de forma sucessiva e contínua e “o tempo transcorre irreversivelmente do passado para o futuro” (FLUSSER, 2007, p. 141). O leitor é induzido a decifrar os códigos na mesma sequência em que foram escritos; afinal: “O olho que decifra um texto segue suas linhas e estabelece a relação unívoca de uma corrente entre os elementos que compõe o texto” (FLUSSER, 2007, p. 141). No estatuto da modernidade sólida, o livro, condizente com o desejo moderno de colocar cada coisa em seu lugar, se faz presente como depositário do saber e da memória, sempre disponível a sanar dúvidas no seu local indicado da estante. Na modernidade líquida, a informação não se fixa apenas a uma página de papel; ela se espalha pelos dispositivos disponíveis, que nem sempre apresentam um padrão previsível. É válido frisar que não está se afirmando que o livro “tradicional” deixe de existir, mas percebe-se uma “liquefação” a partir do mesmo em seu análogo digital. Afinal, “uma nova mídia não faz a outra desaparecer. Ela se espreme entre elas e cria seu espaço” (SANTAELLA, 2007, p. 232).

[...] [A] linguagem digital realiza a proeza de transcodificar quaisquer códigos, linguagens e sinais, sejam eles textos, imagens de todos os tipos, gráficos, sons, ruídos, processando-os computacionalmente e devolvendo-os aos nossos sentidos na sua forma original, o som como som, a escrita como escrita, a imagem como imagem (SANTAELLA, 2007, p. 293-4).

Ao estarem todas essas linguagens – textos, imagens de todos os tipos, gráficos, sons, ruídos, vídeos – em uma plataforma comum, é possível que elas sejam misturadas no ato mesmo de sua formação, possibilitando ao livro ter

intercalações entre texto, som, vídeo e imagem, condicionantes do que compreendemos por multimídia. Além disso, a internet e as possibilidades da hipermídia possibilitam a interação entre leitores, autores e conteúdos, trazendo características de construção coletiva da informação. Outro grande diferencial da tecnologia digital é o hipertexto, que, idealizado no século XVII no projeto da *Encyclopédie de Diderot* (MACHADO, 1997, p. 180), é potencializado no computador por não possuir a estrutura linear do livro que induz o leitor a seguir a ordem das páginas. O leitor virtual constrói uma experiência única de leitura através de saltos de um texto para outro, conduzido pelo hipertexto, como se estivesse em um labirinto, tomando decisões sem saber para onde será levado.

Essas novas características abordadas agregam-se aos textos digitais que simulam o livro, até então denominados de e-books, peculiaridades já afirmadas na modernidade líquida: efemeridade, fragmentação e desterritorialização. Com relação à efemeridade é levado em conta que o arquivo digital é passível de ser deletado, alterado e atualizado facilmente; para fragmentação é abordado o aspecto dos arquivos serem consumidos aos poucos, posto que com a facilidade de transitar-se entre várias opções nem sempre o conteúdo é acessado no seu todo; e por último, a desterritorialização onde o e-book não possui um local certo a ser guardado, como o livro na estante; ele está em um e em vários lugares ao mesmo tempo, armazenado em algum lugar do espaço virtual acessível por um endereço de página, ou um clique.

Diante desse cenário é imprescindível refletir, no decorrer desta monografia, sobre como a memória é preservada nesse ambiente líquido, onde “os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la” (BAUMAN, 2001, p. 8). Se outrora o livro era o guardião principal das histórias vividas e inventadas, sua evolução no mundo digital – o e-book – ultrapassará essa função?

2.1 O LIVRO SÓLIDO

Junto aos pais aprendem-se muitas coisas sobre o próprio crescimento, bem como através de histórias, fotografias e vídeos é possível manter/criar/transformar

memórias que talvez estivessem apagadas, como os primeiros passos, palavras etc. Segundo José van Dijck, professora de Estudos Comparativos de Mídia, da Universidade de Amsterdam, referindo-se aos pais, disse: “They produce material artifacts that may assist them – and their offspring – to recall the experience at later moment in time, perhaps in different circumstances or contexts”² (DIJCK, 2007, p. 4-5). Para a autora “memory is not mediated by media, but media and memory transform each other”³ (DIJCK, 2007, p. 21). Dijck ainda afirma que o trabalho feito em função da preservação da memória envolve, inclusive, a produção de objetos que auxiliam na sua documentação e na comunicação do ocorrido.

Alberto Manguel (1997), leitor, ensaísta e editor, reflete acerca da relação da memória com seu objeto mediador, no caso deste autor, mais especificamente o livro; para tanto se utiliza da fala de Sócrates dirigida a Fedro, questionando a relação da memória com a escrita. Nessa passagem, o filósofo divagava sobre o momento em que o deus Thot ia mostrar ao rei do Egito a invenção da escrita, acreditando ter inventado uma “receita para a memória e sabedoria”, entretanto o rei contrapõe que esse é o caminho para o olvido, já que a memória deixaria de ser exercitada, afirmando: “O que descobristes não é uma receita para a memória, mas um lembrete” (MANGUEL, 1997, p. 76). Para contrapor a posição de Sócrates, o autor apresenta o chanceler Richard de Fournival que, por volta do ano 1250, propôs que o ato de recordar deveria ser auxiliado pela visão ou audição - através de imagens, textos e palavras - pois, desta forma, o presente seria enriquecido e o passado atualizado, mantendo-se vivo para alcançar o futuro. Sendo assim, o responsável por preservar e transmitir a memória seria o livro e não o leitor.

On the one hand, media are considered aids to human memory, but the other hand, they are conceived as a threat to the purity of remembrance. [...] Media and memory, however, are not separate entities [...] but media invariably and inherently shape our personal memories”⁴ (DIJCK, 2007, p. 16)

Permeado pelo medo do esquecimento, o homem foi levado “à busca dos textos ameaçados, à cópia dos livros mais preciosos, à impressão dos manuscritos,

² Eles produzem materiais para ajudá-los a relembrar de experiências vividas em outros momentos, circunstâncias ou contextos (tradução nossa).

³ A memória não é apenas acionada pela mídia e, sim, transformada pela mídia, da mesma forma que a mídia é transformada por ela (tradução nossa).

⁴ Por um lado, a mídia é considerada um auxílio à memória humana, por outro pode ser vista como uma “trapaça” à pureza da lembrança. A mídia e a memória não podem ser vistas como entidades distintas, no entanto invariavelmente a mídia molda nossas memórias pessoais (tradução nossa).

à edificação das grandes bibliotecas” (CHARTIER, 1999, p. 99). Dentre as mediações da memória, o livro carrega a função de arquivar memórias reais ou ficcionais além de transmitir informações que são intrínsecas aos elementos da sua visualidade. Ao longo da história, seu suporte se transformou, mas seu elemento principal, o texto, segue presente nas diversas inovações tecnológicas.

Durante o processo de consolidação do livro, Chartier (In: COUTINHO; GONÇALVES, 2009) sublinha que ocorreram três mudanças, de fato, revolucionárias, para que a sociedade consolidasse a relação que se tem com esse objeto da maneira como é modelado/conhecido, as quais são: o suporte, o livro unitário e a imprensa.

A primeira delas seria uma transformação de suporte, a passagem do rolo para o códice. Gonçalves (In: COUTINHO; GONÇALVES, 2009) relata que o rolo já era utilizado no Egito três milênios A.C. e era feito de papiro, onde o texto era escrito em colunas e permanecia fechado em rolos, os quais eram desdobrados na medida em que se lia. O nível de dificuldade em sua utilização era extremamente alto, já que para efetuar sua leitura era necessária a utilização das duas mãos ao mesmo tempo, posto que enquanto uma desenrolava uma ponta, a outra enrolava a extremidade seguinte. Sua leitura só podia ser feita de maneira sequencial e sua portabilidade era péssima, já que um livro costumava ter vinte rolos ou mais.

Já o códice começou a ser utilizado no século I da era Cristã, sendo generalizado a partir do século IV. A configuração dele era semelhante a do livro tal qual é conhecido atualmente, encadernado em sequência, porém eram usadas capas de madeira, pois as folhas de pergaminho necessitavam se manter esticadas. A principal variação entre os modelos deste suporte é no que tange ao tamanho. Seu grande trunfo sobre o rolo é a sua praticidade, tendo em vista que com um simples virar de páginas pode-se ir a qualquer parte do livro e, ainda, sua fabricação permite tamanhos que podem ser transportados confortavelmente pelo leitor. Além da praticidade, outro fator agregado a este suporte é a possibilidade de concentrar em um só objeto a totalidade de uma obra, prática que se deu nos séculos XIV e XV, antes da invenção de Gutenberg, com o surgimento do “libro unitário”. Essa mudança é relevante na história do livro, pois anteriormente não se tinha o costume de agrupar os textos do mesmo autor ou assunto; as encadernações eram feitas com conteúdos diversos. A partir do “libro unitario” formou-se a ideia que se tem hoje

do livro como um objeto coeso, com uma lógica na reunião de seu material, práxis que anteriormente, mesmo sendo possível, não era comum (CHARTIER In: COUTINHO; GONÇALVES, 2009).

Chartier, a partir de Elizabeth Eisenstein e Adrian Johns, definiu a invenção da Imprensa e dos tipos móveis, em meados do século XV, como a terceira revolução no mundo dos livros. Nesse caso o mérito não se deu por uma modificação no conceito do objeto e, sim, pela difusão do material que a tipografia disponibilizou.

Provavelmente, na modernidade líquida, presencia-se uma quarta revolução que a tecnologia digital está possibilitando dentro da narrativa literária: a hipertextualidade. Posto em evidência através da navegação on-line, Pires (In: COELHO; FARBIAS. 2010) sublinha que no quesito hipertexto, a diferença entre o livro palpável e o digital está justamente na influência do suporte, pois mesmo que o autor proponha uma atitude mais participativa do leitor, convidando-o a subverter a ordem da leitura, o próprio manuseio do livro implica em manter certa linearidade, observando-se que em sua configuração uma página vem após a outra, enquanto que na rede é permitido ao leitor perder-se em uma teia de ligações entre textos.

Com a cultura da página impressa, a presença física do homem não se fazia necessária para se ter acesso ao seu conhecimento. As histórias, sejam elas reais ou inventadas, conseguiram ultrapassar regiões, décadas, alcançando, de maneira geral, o significado de eterno, tal como disse Shakespeare, citado por Santaella: “as palavras são mais eternas do que os mármores” (SANTAELLA, 2007, p. 209).

2.2 O LIVRO LÍQUIDO

Todos os detalhes presentes no momento da leitura influenciam o nível de fixação do conteúdo e, por conseguinte, podem também ativar essas lembranças depois de adormecidas. Otlet (apud. Ortega e Lara, 2010) salienta que o documento escrito, além de sua informação textual, possui características intrínsecas, as quais possibilitam auxiliar na interpretação de determinada época ou pessoa. Conclui-se, desse modo, que estas especificidades podem se perder na nova cultura que se instaura, através da atualização do arquivo, já que se extingue seu referencial de edição anterior. No entanto, mesmo perdendo o valor nostálgico e perene, o livro

digital traz novas experiências através de animações, interações, colaborações da parte do leitor... as quais também irão contribuir para sua memória.

A cultura impressa já possui estabilidade, no mínimo, por sua estrutura de organização. De uma maneira geral, confia-se no papel como guardião de memória; enquanto que a cultura eletrônica é assinalada pela obsolescência dos meios. Além dos quesitos técnicos dos suportes que dão acesso ao conteúdo digital, Monteiro, Carelli e Pickler (2008) apresentam questões relativas à configuração da memória nesse tipo de arquivamento: “O arquivo digital tende a barrar a possibilidade de uma narrativa linear: sua lógica é descontínua; ela opera por saltos espaciais e temporais”. Para as autoras, a memória perde sua referência ao perder sua linearidade temporal (narrativa). Já que no ciberespaço o ambiente é virtual, aberto e tudo acontece em tempo real e com durabilidade incerta, a memória eletrônica é configurada de maneira semelhante à oral – com características líquidas e fluidas – e também com atributos permanentes através do texto, que não se altera como a lembrança da fala. Desse modo, transforma-se novamente a maneira de perceber mundo, mesclando a forma circular da oralidade com a sucessão de fatos da escrita, outrora definidos por Flusser (2007, p. 141) como modos distintos de compreender a história.

Outra questão relevante é que, como hipótese, o livro e seus conteúdos “guardam” traços do passado e suas significações intrínsecas podem ser percebidas através da comparação de uma edição com outra; já o e-book pode ser totalmente atualizado não só por humanos, mas por sistemas computacionais também, dado o avanço cada vez mais vertiginoso das inteligências artificiais, perdendo-se o referencial anterior.

Sendo assim, compreende-se que o livro passe pelo fenômeno de “liquefação”, defendido por Bauman (2001) em *Modernidade Líquida*. Considera-se, aqui, o estado sólido como mídia impressa, já que a mesma, via de regra, tem estabilidade e previsibilidade em sua estrutura, linearidade em sua narrativa e unicidade como objeto. Esse estatuto se liquefaz ao migrar para o formato digital, pois seus limites estruturais não ficam claros: autor, editor e leitor confundem-se, a narrativa hipertextual pode ser facilmente explorada, não existe mais cópia (todos são idênticos ao original) e ainda, não se tem como determinar onde habita o centro, início ou fim da leitura.

A ruptura está, neste sentido, na linguagem e nos processos, “Texto, imagem e som já não são o que costumavam ser. Deslizam uns para os outros, sobrepõe-se, complementam-se, confraternizam-se, unem-se, separam-se e entrecruzam-se” (SANTAELLA, 2007, p. 24). Atualmente, com a hipermídia, habita-se um período de transição entre a cultura da página impressa e a da eletrônica. Chartier (1998) anuncia que é a primeira vez na história do livro que seu conteúdo não é fixo no material, mesmo com a permanência das metáforas da “janela” como enquadramento: a tela. Em razão disso, a concepção de autor/leitor e os meios/processos de escrita e leitura não são mais os mesmos. O modo como era desenvolvido anteriormente, “onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas” (CHARTIER, 1998, p. 12-13), não se faz mais necessário no mundo virtual. “Perderam a estabilidade que a força de gravidade dos suportes fixos lhe emprestavam. Viraram aparições fugidias que emergem e desaparecem ao toque delicado da pontinha do dedo em minúsculas teclas” (SANTAELLA, 2007, p. 24). Como “suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis” e com o uso do hipertexto, surge “a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica” (CHARTIER, 1998, p. 12-13), explorando, assim, as potencialidades da hipermídia.

A necessidade de mudanças na concepção dos papéis do autor e do leitor, do livro e do texto, foi amplamente discutida pela teoria crítica literária de autores como Michel Foucault, Roland Barthes e Jacques Derrida. Esses autores foram impulsionados pela insatisfação não só com a linearidade do texto, mas com todas as consequências que a organização estrutural da informação na página impressa gerava, em especial, a hierarquização do pensamento, apontando a necessidade premente de se abandonar sistemas cartesianos cujos conceitos são fundados em ideias como centralização, margem, hierarquia, linearidade; substituindo esses conceitos por outros como multiplicidade, nós, ligações (links) e redes; confirmando, assim, a criação de uma escritura aberta, com a participação ativa de leitores e autores voltados à construção colaborativa.

Quando as premissas dessas imagens e textos foram “escritas” (como no período Dadaísta) ainda não havia sido desenvolvido o campo da informática. No entanto, com o surgimento dos computadores pessoais e das redes de comunicação, o que parecia uma possibilidade retórica se materializou numa

poderosa corrente de transformação do universo cultural da apreensão da informação: o hipertexto, que contestara os paradigmas conceituais de hierarquia e linearidade.

2.2.1 O TRIUNFO DO HIPERTEXTO

A partir dos diferenciados processos de leitura oferecidos pelos diferentes suportes e narrativas, o leitor se envolve de maneiras distintas com o texto. Com base nesse envolvimento no ato da leitura, Santaella (2004) categoriza tipos⁵ de leitores. Como o livro impresso costuma ficar disponível ao sujeito, podendo ser revisitado sempre que necessário, ele é lido pelo que ela define como leitor *contemplativo* ou *mediativo*. Já o meio digital possui como protagonista o leitor *imersivo* que, a partir de diversas opções, busca o conhecimento, não se atendo mais a seguir sequencialmente as páginas, e sim, a criar novas sequências. Este leitor pode até visitar o lugar onde já esteve, entretanto, ele deve saber qual o caminho que o levou a esse lugar na primeira vez, para poder resgatar a informação que procura. Essa característica reforça o estado evanescente que a mídia eletrônica propõe.

Arlindo Machado (1993) ilustra que quando se começa a estudar determinado assunto, inicialmente se tem apenas ideias vagas e desconectadas, sem conseguir formar um discurso sequencial, então parte-se em direção a uma série de leituras e conversas com outros pesquisadores, buscando, de diversas formas, ampliar referências e repertório de informações sobre essa nova área de interesse. Após um avanço no trabalho, passa-se a estabelecer relações entre os vários fragmentos desconectados. O leitor *imersivo* realiza a leitura de forma não linear, guiado pelo seu interesse, o que é facilitado pelo hipertexto, que já traz possíveis conexões entre os assuntos de características em comum ou determinações do sistema, adquirindo o texto, assim, capacidades associativas, tal qual a memória.

A semelhança entre o hipertexto e a maneira como nosso cérebro agencia informações não é por acaso, tendo em vista que muitos tentaram agilizar o

⁵ A autora identifica três tipos de leitor; além do *contemplativo* e *imersivo*, explicados no corpo do texto, ela nomeia também o *leitor movente* ou *fragmentado*; este seria o protagonista que precisaria ter uma memória mais ágil e curta, característica de centros urbanos, “Um leitor que precisa esquecer, pelo excesso de estímulos, e na falta do tempo para retê-los. Um leitor de fragmentos, leitor de tiras de jornal e fatias de realidade” (SANTAELLA, 2004, p. 29).

processo de busca tendo como modelo o cérebro humano. Em 1945, Vannevar Bush (in: SPILLER, 2002) dissertou a respeito de sua máquina da memória, o Memex, revelando estar cansado da forma como os documentos eram resgatados nas bibliotecas, através de códigos alfanuméricos, classes e subclasses nem um pouco intuitivos.— Bush idealizou essa máquina que reuniria as informações sobre todos os documentos e, com base em associações entre elas, mostraria àquele que busca mais possibilidades de fontes correlatas ao que procurava. Para Dijck (2007) o Memex de Bush é o antecessor do computador. O visionário comprometeu-se “to designing a memory machine that enables the storage and retrieval of various types of records: documents, photographs, film, television programs, and sound and speech recording”⁶ (DIJCK, 2007, p. 151). É válido ressaltar que Bush não estava apenas interessado em produção textual; sua máquina buscaria informações sobre diversos tipos de documentos, abrangendo diversas linguagens, como a imagem, o som, o vídeo etc.

Inspirado no Memex, Ted Nelson, em 1965, lançou o projeto Xanadu, onde apresentou o termo hipertexto. Nos dizeres de Lemos (2002, p. 131), “O hipertexto é cunhado por Nelson como um media literário onde, a partir de textos, poderíamos abrir janelas e janelas de janelas dando sobre mais e mais informações”. Na cibercultura, os hipertextos podem ser textos ou imagens que mudam o caminho do leitor/usuário a partir do momento que este escolhe seguir o que o hipertexto lhe oferece. Sendo assim, esta ferramenta difundida no mundo digital é organizada “de forma a promover uma leitura (ou navegação) não-linear, baseada em indexações e associações de idéias e conceitos, sob a forma de *links*” (LEMOS, 2002, p. 130, grifo do autor).

Com a inserção do hipertexto na lógica da cibercultura, esta é vista como um espaço interativo, no qual o conteúdo só se realiza com a ação do usuário e, desse modo, o leitor exerceria um papel mais autoral, transformando cada leitura em única. Diante dessas potencialidades o autor vê ecoar o livro de *Mallarmé*, encontrando suas características no mundo virtual, onde a obra adquiriria uma forma móvel, dentro de um processo narrativo infinito sem começo ou fim, onde sempre surgiriam novas

⁶ [...] a projetar uma máquina de memória que possibilite armazenar e resgatar vários tipos de gravações: documentos, fotografias, filmes, programas de televisão, assim como som e gravações de fala (tradução nossa).

possibilidades e sugestões não experimentadas, onde a leitura seria possível em todas as direções e sentidos. Deste modo o livro existiria apenas em caráter potencial, cujo “sujeito enunciador apenas fornece o programa e o sujeito atualizador realiza parte de suas possibilidades” (MACHADO, 1997, p. 183), o que para Flusser (2007) seria uma liberdade programada, já que o leitor escolheria dentro dos limites do programa; no entanto, essas fronteiras podem não ser encontradas, pois como diz o autor: “São tão numerosas as teclas disponíveis que as pontas dos meus dedos jamais poderão tocá-las todas. Por isso tenho a impressão de ser totalmente livre nas decisões” (FLUSSER, 2007, p. 65).

Diante de questões acerca da liberdade e autonomia do usuário frente às possibilidades de interações ofertadas na cibercultura, Alex Primo (2005) definiu dois grandes grupos de interação mediada pelo computador: a interação mútua e a reativa. “A palavra ‘mútua’ foi escolhida para salientar as modificações *recíprocas* dos interagentes *durante* o processo. Ao interagirem, um modifica o outro (PRIMO, 2005, p; 13, grifo do autor). No caso do livro digital, um grau elevado de interação mútua seria o caso de um leitor interferir na história que o autor estivesse escrevendo, estabelecendo um diálogo, onde um influenciaria o outro e as categorias de “autor” e “leitor” deixariam de ser adequadas, já que o resultado seria fruto de um trabalho coletivo. “Enquanto a interação mútua se desenvolve em virtude da negociação relacional durante o processo, a *interação reativa* depende da previsibilidade e da automatização nas trocas” (PRIMO, 2005, p; 13, grifo do autor), podendo ser executada diversas vezes sem alteração no resultados: “sempre os mesmos *outputs* para os mesmos *inputs*” (PRIMO, 2005, p; 14, grifo do autor). Um exemplo desse tipo de interação no livro digital pode ser o “clique” acionado para avançar no conteúdo ou um hipertexto que esteja programado para direcionar o leitor sempre para determinado item do documento. É pertinente ressaltar que um tipo de interação não exclui a outra, elas são vistas como contrastes para um melhor esclarecimento do conceito, mas em um mesmo conteúdo pode haver mais de um tipo de interação, mais ou menos reativa/mútua.

Para Lemos (2002), o ciberespaço é um hipertexto mundial interativo, um texto vivo que é construído através do estado de “atenção-navegação-interação” e permite passar de um texto a outro de forma imediata, diferente do livro impresso, que às

vezes leva o leitor a buscar na prateleira outro volume para burlar a linearidade imposta pelo autor.

Na leitura clássica, por exemplo (textos impressos), o leitor se engaja em um processo também hipertextual, já que a leitura é feita de interconexões (à memória do leitor, às referências do texto, aos índices) que remetem o mesmo para fora de uma “linearidade” do texto. Assim, todo texto escrito é também, em sentido lato, um hipertexto, onde o motor da interatividade se situa na memória do leitor e a interatividade na relação ao objeto livro (LEMOS, 2002, p. 131).

O autor compara a leitura no ciberespaço com o andar do *flâuner* pela cidade, o qual se apropria do espaço simbolicamente ao transitar pela mesma. Ao realizar o “processo de ‘leitura-navegação’ não-linear e associativo, descentralizado e rizomático” (LEMOS, 2002, p. 132), o leitor igualmente se apropria daquele material de forma personalizada, pois que ele “escreve lendo”, fazendo ligações que lhe pareceram interessantes naquele momento. Ao rememorar a experiência o fará com a mesma sensação de quando identifica um cheiro de sua infância que só a ele faz sentido.

2.2.2 POSSUIR VERSUS ACESSAR

Um dos fetiches que envolvem o livro impresso é ele pertencer a alguém. “Muitas pessoas sentem a necessidade de possuir o livro que leem, não se contentando em consegui-lo emprestado, absorver seu conteúdo e devolvê-lo” (SEHN, 2009, p. 103-4). Manguel (1997) aponta algumas razões para esse fenômeno, primeiramente para servir como prova material do conhecimento adquirido e das aventuras “vivas”; também aponta que o livro na estante funciona como um afago ao medo de esquecer, mantendo-se disponível para sanar dúvidas que podem surgir em um longo período após a leitura. O autor ainda confessa que gosta de guardar seus livros para poder se lembrar do leitor que já foi, usufruindo do mesmo prazer nostálgico descrito por Deresiewicz (2009) ao reencontrar amigos de determinada época da vida, que lhe promovem um encontro com o seu “eu do passado”. Sehn (2009) cita uma entrevistada que admite comprar várias vezes o mesmo livro, por perdê-los ao emprestar a amigos que não os devolvem, motivada pela necessidade

que sente de possuí-los, pois são marcos históricos de sua vida. Norman (2008) justifica esse imperativo explicando que as pessoas criam um carinho especial pelos objetos devido à história que os envolve, tornando-os únicos e especiais, podendo ser considerados como monumentos particulares.

Segundo Françoise Choay (2001), o monumento é um artefato criado exclusivamente com a finalidade de servir à memória, sendo que esta palavra tem sua origem no latim *monumentum*, que deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), ou seja, aquilo que traz à lembrança alguma coisa; a autora define como aquilo que é “edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, p. 18). Entretanto, perante a sociedade o monumento edificado (esculturas, bustos, obeliscos etc) e construído em local público foi perdendo seu sentido original em virtude do conceito de arte, abrindo caminho para “a substituição progressiva do ideal de memória pelo ideal de beleza” (CHOAY, 2001, p. 20). Além desse fator, a difusão de outros mediadores de memória, como o desenvolvimento da imprensa, a expansão dos livros e as fotografias, adaptavam a ideia do monumento atribuindo um caráter mais individual à evocação da memória, como a leitora citada no parágrafo anterior, que define determinados livros como marcos de sua história.

Tal prática é revista com os livros digitais. Diante de diferentes tipos de arquivos, que, por conseguinte, permitem diferentes ações sobre os mesmos, instaura-se uma política mais ligada ao acesso do que à posse. Oliveira e Sehn (2012) afirmam que o mercado editorial já apresenta como padrão tratar o livro digital como *e-book* (*Eletronic book*) ou como aplicativo (*APP*). Seria considerado e-book tanto um simples arquivo digital como o arquivo digital acompanhado de software que permita o acesso e navegação.

O computador, por exemplo, aceita algumas extensões de livros digitais como PDF (PortableDocumentFormat), exigindo o programa Adobe Reader instalado; e como Epub (Eletronic Publication) que pode ser lido por intermédio do programa Adobe Digital Editions. Outros documentos como arquivos do Microsoft Word e arquivos com o formato “mobi” (padrão utilizado pela empresa Amazon para seu leitor – Kindle), também podem ser considerados como e-books. Vale ressaltar que os aparelhos e-readers e tablets possibilitam tanto a extensão Epub quanto PDF. (OLIVEIRA; SEHN, 2012, p. 121)

Já os aplicativos são mais direcionados aos *tablets* e possuem diferentes possibilidades para apresentar a narrativa da história, através de elementos interativos e animados. “Os aplicativos tendem a ser expostos principalmente no formato *FOLIO* (formato proprietário da empresa *Adobe*) e no formato *HTML5* (linguagem de marcação de hipertexto)” (OLIVEIRA; SEHN, 2012, p. 121). Dentre os formatos existentes, aborda-se brevemente neste estudo o PDF, o EPub e o HTML5. Além do formato do arquivo, outro detalhe que possibilita ou não a exploração das potencialidades do livro digital é o programa que irá permitir o acesso ao conteúdo.

No Brasil, “mais da metade do catálogo de livros digitais ainda está em PDF, não porque seja um formato considerado melhor, mas foi com ele que as editoras brasileiras começaram a experimentar o eBook” (DAUER, 2012, web). Inspirada na crítica de Vanderberg (2012), Dauer vê com maus olhos a proliferação de livros digitais em PDF. Para os autores este formato enfoca justamente a impressão, transformando o livro digital em uma cópia virtual do impresso, sem exploração dos recursos inerentes à mídia eletrônica. Vanderberg (2012) ressalta que com a variedade de tamanhos nos suportes existentes para ler livros digitais – que vai de celulares a computadores de mesa – o PDF, por não se adaptar a diferentes tamanhos de telas, prejudica a experiência de leitura do usuário.

Ao deparar-se com essa crítica de Stella Dauer (2012) ao PDF no site da Revolução E-book, o designer Diegz comenta na página em que o texto foi publicado que, para ele, o PDF é uma forma eficiente de diminuir o custo do livro digital. Observa que o formato mantém o projeto gráfico do livro impresso, sem haver a necessidade de um investimento adicional para o projeto digital e excluindo, para o consumidor final, os gastos de impressão, montagem e distribuição que são embutidos no preço do volume impresso. Vanderberg (2012) ressalta que, em termos de distribuição, o PDF também não é o mais adequado, já que necessita de um software específico para ser visualizado, podendo não ser compatível com todas as plataformas. “Many of the platforms that are used in digital publishing today are based on Technologies like HTML in order to allow maximum flexibility between different platforms” ⁷ (VANDERBERG, 2012, sem página).

⁷ Muitas das plataformas que estão sendo utilizadas nas publicações digitais hoje são baseadas em tecnologias como a HTML visando permitir a máxima flexibilidade entre as diferentes plataformas (tradução nossa).

Um dos grandes problemas do livro digital é a fragilidade do meio, como a dependência de softwares específicos para acessá-los, uma vez que se o mesmo não estiver instalado no computador ou se o arquivo tiver um pequeno erro de programação, o livro estará perdido, já que não poderá ser acessado. É válido ressaltar que alguns programas permitem que o arquivo digital seja impresso e, dessa forma, adquirir algumas das características de “permanência no mundo” do livro tradicional. Alguns programas disponibilizam mais recursos interativos, no entanto não permitem a impressão de seus arquivos, que somente podem ser acessados no computador por seu software específico. Dos formatos e softwares conhecidos, nenhum deles explora de forma significativa a interação entre leitores, ou dos mesmos com os autores, nem mesmo os hipertextos indicam caminhos para fora do livro. Para Bob Stein, fundador e diretor do Instituto para o Futuro do Livro⁸, dentro da produção vigente de livros digitais, o que está sendo explorado “are *simply* books with audio and video on the page”⁹ (STEIN in: POOLE, 2011, grifo nosso), continuam uma ilha, isolada dos outros leitores e potencialidades. Os recursos interativos são mais bem observados nos textos publicados em blogs e sites, que não recebem a “etiqueta” de e-books. No entanto, em comparação aos livros impressos, a interação ainda é mais facilitada nos livros digitais, tendo em vista que o suporte para ler o livro e enviar um e-mail ao autor, por exemplo, é o mesmo: o computador.

Para Bob Stein (in: BEIGUELMAN, 2011), o livro digital não deveria funcionar isoladamente, como seu análogo impresso, deveria ser mais bem explorada a interatividade entre leitores e autores, propiciada pela internet, como propõe em seu projeto SocialBook. Nesse projeto o livro é percebido como um ponto de encontro, onde os leitores e autores podem discutir e desenvolver o assunto. Dessa forma, o conhecimento se torna mais rico a partir de perspectivas distintas oriundas de seus autores e contextos, contrapondo-se à postura positivista de “um autor” e “uma verdade”.

⁸ <http://www.futureofthebook.org>

⁹ são simplesmente livros com vídeo e áudio em suas páginas (Tradução nossa).

Beiguelman (2010, Comunicação oral¹⁰), ao comentar sobre filmes que são feitos a partir de livros e vice-versa, reflete sobre a peculiaridade de cada mídia para transmitir uma mensagem e adverte que ao tentar utilizar todos os recursos disponíveis para um mesmo objetivo é necessário tomar cuidado para não cair em redundância. Mesmo que resulte em uma experiência distinta: apreender uma história através de um filme, de um livro ou de outra maneira; é importante que a veiculação em mídias diferentes seja feita com um propósito e que estas se complementem, ou seja, que adicionem informação de uma maneira que a experiência do destinatário seja mais bem realizada naquele meio, influenciando assim a memória que ele levará consigo. Esse mesmo raciocínio que a autora apresenta para as diferentes mídias deve ser aplicado aos diferentes tipos de livros digitais, levando em consideração o público que irá consumir o conteúdo e as necessidades apresentadas no texto. Sendo assim, em alguns casos poderia ser mais interessante viabilizar o livro em uma plataforma que permitisse o diálogo entre leitores; em outros, que disponibilizasse recursos de diferentes linguagens, como som, vídeo e imagem, e ainda em outros, seria interessante que se pudesse manter o projeto gráfico tal qual a versão impressa.

¹⁰ Informação fornecida por Giselle Beiguelman, Doutora em História Social pela USP, durante a mesa redonda Projeto em Design, em outubro de 2010, no 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design 2010, em São Paulo.

CAPÍTULO 3

O FUTURO DA MEMÓRIA NA CIBERCULTURA

Segundo Dodebei e Gouveia (2008) a memória social passou a ser foco de estudos e preocupações na passagem do século XX para o XXI, sendo que foi potencializada após a segunda guerra mundial, havendo uma multiplicação de registros de memória, tanto na literatura, quanto em museus ou comemorações. O contato com a guerra levou a sociedade a refletir e se preocupar com meios de preservar a história dos acontecimentos marcantes. As autoras definem esses artifícios como memórias auxiliares, que complementariam a memória individual com outros pontos de vistas sobre o mesmo fato social, contornando o medo do esquecimento. Corroboram, dessa forma, com Halbwachs (apud Dijck, 2007) que afirma a memória coletiva como alicerce da memória individual. Dijck (2007) aborda em seu livro *Mediated Memories* a “memória cultural pessoal”, que para ele é definido como “the acts and products of remembering in which individuals engage to make sense of their lives in relation to the lives of others and to their surroundings, situating themselves in time and place” ¹¹ (DIJCK, 2007, p. 6). Para a autora, o coletivo e a individualidade configuram a textura da memória, podendo ser distinguidos, mas nunca separados. Entretanto, a soma de memórias individuais não configura uma memória coletiva; mesmo que em instituições da memória sejam utilizados objetos pessoais para representar o todo, estes funcionam como “anchors of remembering processes through which self and others become connected” ¹² (DIJCK, 2007, p. 12), sendo um recorte, escolhidos e selecionados pelo olhar do pesquisador para representar determinado contexto.

É pertinente ressaltar que o processo de memória é permeado pelo de esquecimento. A partir do momento em que se delega a determinado objeto a

¹¹ O ato e o produto da rememoração faz com que os indivíduos se engajem em fazer suas vidas terem sentido em relação à vida dos outros e do seu entorno, situando-os em um tempo e espaço (tradução nossa).

¹² âncoras do processo de memória onde o individual e o coletivo tornam-se conectados (tradução nossa).

representação de uma memória, objetivando sua conservação para a permanência da mesma, delega-se outrem ao limbo do esquecimento. “Portanto, selecionar (*esquecer*) é uma ação determinante no processo de construção da memória, seja ela individual, coletiva, documentária concreta ou virtual” (DODEBEI; GOUVEIA, 2008, sem página, grifo das autoras). O ciberespaço, por não ter limitações físicas, alimenta a ideia de que se é possível armazenar tudo, não incentivando o esforço da seleção.

Blogs e portais de depoimentos como o Museu da Pessoa ¹³ oferecem essa oportunidade de registrar as memórias individuais, de transformar o privado em público, de autorizar a reformatação das memórias, e acima de tudo, de dividir a autoria. O coletivo parece ser o atributo principal que faz do ciberespaço um grande centro virtual da memória do mundo (DODEBEI; GOUVEIA, 2008, sem página).

Monteiro e Abreu (2009) explicam a mudança na organização do conhecimento proporcionada pela cibercultura. Apoiados em Friedman (2007), os autores enfatizam que “as hierarquias e estruturas verticais (comando e controle) estão horizontalizando-se e tornando-se mais colaborativas (*conexão e colaboração*)” (MONTEIRO; ABREU, 2009, sem página, grifo dos autores), interligando os centros de conhecimento e, por conseguinte, formando uma única rede global.

A nova estrutura da organização também é abordada por Yochai Benkler (2011), em seu livro *The penguin and the leviathan*, onde propõe um novo paradigma no arranjo da sociedade para construir conhecimento. Para o autor, o sistema vigente está baseado na suposição de que o homem é egoísta e só coopera em situações que forem em prol de seu próprio benefício. Com base nessa premissa os sistemas de trabalho tradicionais – neste estudo tratados como oriundos da modernidade sólida – funcionam com base no monitoramento, na recompensa e na punição. Para caracterizar esse sistema, é utilizado como metáfora o leviatã, simbolizando o culto ao poder centralizado através desse monstro mitológico. Ao abordar a mudança que percebe, ilustra o novo sistema que começa a se instaurar com a figura do pingüim, traçando características de informalidade, autonomia, criatividade, engajamento social e cooperação. Benkler (2011) afirma que a crença

¹³ <http://www.museudapessoa.net/>

no egoísmo da humanidade é um mito, com base em uma verdade parcial: existem pessoas egoístas, mas elas não são a maioria, e ao longo do livro cita e explica diversas situações em contextos variados em que é provado o contrário: que a humanidade é composta por seres sociais, emocionais e possuidores de moral e consciência. Ao longo do livro, percebe-se que em determinadas situações o homem é mais propício em cooperar do que em outras, tendo assim, diferentes motivações para circunstâncias variadas, desenvolvendo em seu último capítulo uma lista de artifícios para tornar o sistema mais colaborativo.

Em determinado momento (BENKLER, 2011, p. 169-170) o autor discorre sobre uma aposta que fez com seu amigo Nick Carr em 2006, onde Benkler defendia a ideia de que, em 2011, os melhores sites teriam seus conteúdos alimentados colaborativamente de maneira voluntária, ao que Carr contestava, afirmando que os melhores seriam aqueles que remuneravam seus colaboradores. Em maio de 2012, Nick Carr respondeu em seu blog *Rough Type*¹⁴, que considerava ter ganhado a aposta, pois mesmo ainda havendo produções amadoras, a maioria dos blogs, vídeos e músicas mais populares oferecidos na internet eram subsidiados por grandes corporações, visto que as únicas exceções – que ainda funcionavam na lógica “pinguim” – eram a Wikipedia e o segmento da fotografia, que continuavam majoritariamente colaborativos e com materiais de qualidade, produzidos por amadores.

Assim sendo, apesar da existência de grande potencialidade da consolidação do sistema aberto e colaborativo na cibercultura, ainda grande parte de seu conteúdo é gerenciado/controlado por instituições, da mesma maneira que acontece fora dos ambientes virtuais. Dentro do contexto da memória, agora também mediada por essas novas tecnologias e disseminada através da rede, ainda se confia nas corporações para a garantia do acervo, delegando a estas a função de se manterem atentas aos formatos de arquivos vigentes, garantindo que sejam atualizados ou que o meio de acessá-los seja conservado, evitando, assim, a perda da informação ocasionada pela obsolescência do meio. Arellano (2004, p. 17) afirma que “os centros de preservação estão sendo considerados os lugares adequados para se testar e formular as metodologias e políticas a serem adotadas pelos provedores de informação científica”, tendo em vista que esses centros “estariam localizados em instituições confiáveis e capazes de armazenar, migrar e dar acesso a coleções digitais”. Dodebei (2011)

¹⁴ http://www.roughtype.com/archives/2012/05/pay_up_yochai_b_3.php

apresenta dois quadros (Tabelas 3.1 e 3.2) de Martin Hand (2008), de seu livro *Making digital cultures: access, interactivity, authenticity*, onde o autor propõe as características que definem a mudança, abordada no primeiro capítulo deste estudo, onde a modernidade sólida transforma-se em líquida¹⁵. Hand toma como base os estudos “de muitos autores sobre a cultura digital, com destaque para Lev Manovich, Manoel Castells, Pierre Levy, Mark Poster” (DODEBEI, 2011, sem página) objetivando a soma e não a síntese desses discursos.

Tecnologias da Modernidade Sólida	Tecnologias da Modernidade Líquida¹⁶
Material	Discursiva
Contínua	Discreta
Objetos	Espaços
Determinada	Indeterminada
Instrumental	Cultural
Atual	Virtual
Centrada	Descentrada
Fixa	Móvel
Governável	Ingovernável
Efeitos	Perfomances

Tabela 1 – Conceitos da Cultura Digital apresentados por Martin Hand (2008 apud DODEBEI, 2011, sem página) diferenciado a mídia impressa da digital.

¹⁵ Hand e Dodebei utilizam o termo moderno e pós-moderno para caracterizar, respectivamente, a modernidade sólida e líquida abordada neste estudo.

¹⁶ Os termos utilizados na tabela original do autor foram Tecnologias modernas e Tecnologias Pós-modernas, modificados aqui para dar coerência aos termos adotados ao longo deste estudo.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS	
DISCURSO DA MODERNIDADE SÓLIDA	DISCURSO DA MODERNIDADE LÍQUIDA ¹⁷
Coleção	Interfaces
Repositórios de artefatos culturais valorizados (documentos), conhecimento universal e cultura legitimada	Difusão de Informação e artefatos culturais por todos os campos sociais coletores de conhecimento
Pedagogia	Empoderamento
Sítios de informações direcionados à instrução e edificações públicas	Provisão baseada na igualdade de direitos de cidadania; da instrução à auto-educação
Legitimação	Democratização
Prover capital simbólico e cultural legítimo	Formentar múltiplos patrimônios culturais e tradições
Guarda	Compartilhamento
Guardiões da história e da memória coletiva	Da legitimação às práticas de pertencimento comunitárias

Tabela 2 – Mudança no cenário das Bibliotecas Públicas apresentada por Martin Hand (2008 apud DODEBEI, 2011, sem página) diferenciado a mídia impressa da digital.

É necessário ressaltar que o primeiro contexto não deixou de existir para ser instaurado o segundo, sendo assim existem tanto Bibliotecas que funcionam dentro do sistema da Modernidade Sólida, quanto da Modernidade Líquida. No entanto, percebe-se que no sistema mais recente – análogo ao ciberespaço – o conceito de documento reestruturou-se, assim como ocorre com a memória, gerando a preocupação de como essa informação – que só existe no espaço digital – alcançará às gerações futuras.

Acertadamente, a informática modificou a natureza das instituições do conhecimento - bibliotecas, arquivos, museus – uma vez que modifica a natureza dos produtos de informação e conhecimento - livros, jornais, periódicos, revistas, fotos, gravações sonoras - diferenciando esses objetos, tal como eles foram criados e propagados na modernidade [sólida]. A convergência digital e o hipertexto aplicado possibilitaram, por exemplo, a geração de bibliotecas digitais e virtuais (MONTEIRO; ABREU, 2009, sem página).

A internet tem um grande potencial para a propagação da informação. Através de seu alcance global a mensagem pode chegar a qualquer lugar do planeta, por

¹⁷ Os termos utilizados na tabela do autor foram Discursos modernos e Discursos Pós-modernos, modificados aqui para dar coerência aos termos adotados ao longo deste estudo.

mais remoto que seja, “não há discriminação no acesso ao conhecimento” (MONTEIRO; ABREU, 2009, sem página), inclusive no Plano Nacional de Cultura do Brasil é visada “Uma política de digitalização de acervos [...] para permitir uma circulação inédita de registros de nossa memória cultural, pictórica, gráfica e textual” (LOURENÇO, 2009, p. 2). A informação no ciberespaço está em constante movimento, sempre aguardando a atualização e, como consequência, sempre suscetível de ser alterada. É justamente por essa fluidez do espaço virtual, que os sites de grandes instituições são mais procurados, principalmente aqueles que anunciam oferecer a mesma solidez e credibilidade de sua marca consagrada no contexto “físico”. No entanto, deve-se tomar cuidado com a institucionalização já que

[a] memória documental no Brasil, quando preservada, tornando-se institucional, na maioria das vezes acaba alheia à memória do próprio povo, que não a conhece, [...] têm ainda o desafio de tornarem-se não apenas repositórios de conteúdos, mas melhores centros de sistematização e divulgação do conhecimento produzido. (LOURENÇO, 2009, p. 2)

Como já foi comentado anteriormente, Dijck (2007, p. 162) alerta que o computador transforma as habilidades pessoais na rede e impõe a seus usuários uma profunda mudança em suas funções cognitivas e nas suas práticas culturais do cotidiano. A instantaneidade do acesso à informação é oposta ao processo lento e reflexivo necessário à rememoração (DODEBEI, 2005), sendo negligenciado o aprofundamento no conteúdo em função do desejo de estocar o maior número de informações. Como consequência disso, as pessoas cada vez mais confiam na rede para armazenar suas memórias, e, ao mesmo tempo, estão cada vez mais habituadas a perder informações. Como pode observar-se no quadro de Hand (2008 apud DODEBEI, 2011), a sociedade da modernidade líquida está mais preocupada em compartilhar do que guardar. Entre os fatores que impulsionam esse fenômeno está o de estocagem da informação que passa a ser construído sem planejamento ou reflexão; se antes as pessoas tinham alguns livros nunca abertos, comprados para serem lidos em algum dia (e, devido a outras prioridades, esse dia nunca chegava), na cibercultura é um hábito comum desconhecê-los as centenas de materiais armazenados em seus computadores, ou perderem arquivos por não se lembrarem exatamente onde foram armazenados, ou por esquecerem de fazer uma cópia de segurança, antes de o computador ser formatado, ou ainda, porque o site

em que estava retido tal arquivo não se encontra mais disponível (por um erro no script, falta de atenção ou pagamento daquele que o mantinha)... enfim, as possibilidades de haver um erro na guarda do arquivo digital são muitas.

Com a expansão do mundo virtual, as definições e hierarquias que são utilizadas para definir as categorias de texto e o uso da escrita deixam de ser a partir da relação entre objetos, como a distinção entre o jornal, o cartaz, a revista etc. “A natureza física do papel exigia que os tópicos fossem separáveis. [...] A solidão do papel fazia com que autores individuais se isolassem em salas fechadas para escrever” (Weinberger, 2007, p. 232). Já nesse novo meio/suporte que invade o cotidiano “não distingue mais os diferentes gêneros ou repertórios textuais que se tornaram semelhantes em sua aparência e equivalentes em suas autoridades” (CHARTIER, 2002, P. 109), inclusive porque a “distância geográfica entre o local de arquivamento desses documentos pouco importa, pois se mostram links que determinam as passagens de acesso” (SANTAELLA, 2007, p. 183). Levacov (In: LEVACOV; et al., 1998, p. 16) afirma que, no decorrer dessa transição, “a informação torna-se cada vez menos ligada ao objeto físico que a contém”, transformando, assim, este conteúdo em sua própria interface e vice-versa. A própria maneira de construir o conhecimento é diferente: o “papel leva os pensamentos para dentro de nossa cabeça. A web libera os pensamentos antes de eles estarem prontos, portanto, podemos burilá-los juntos” (Weinberger, 2007, p. 207), tal qual uma conversa onde o conhecimento é negociado e forjado durante a interação.

A característica da informação eletrônica, por operar uma linguagem digital, é ser tão evanescente quanto à memória humana; ambas se fazem presentes em um mundo abstrato, que só pode ser acessado através de mediações. O conteúdo digital está à mercê do hardware e do software, sendo que o primeiro é necessário para acessar o segundo, e, ainda, este deve se manter funcionando para subsidiar a visualização do arquivo. Um pequeno problema em qualquer um dos dois impede que se chegue ao conteúdo pretendido. Os arquivos digitais

[...] [s]ão tão voláteis que um dos grandes problemas atuais encontram-se nas novas estratégias de documentação que devem ser encontradas quando os meios de estocagem tornam-se obsoletos em intervalos de tempo cada vez mais curtos. (SANTAELLA, 2007, p. 24)

No entanto “nem todos os objetos que circulam na sociedade devem ser protegidos contra o perigo da perda, somente deverão ser cuidados aqueles que foram valorizados, [...] como documento/patrimônio” (DODEBEI, 2011, sem página). Sendo assim, no caso da memória individual, cabe ao interessado guardar determinado objeto/arquivo e se preocupar com a conservação deste, considerando que existe a necessidade de haver um mediador para a memória e que este é “um recorte momentâneo do social” (DODEBEI, 2011, sem página).

Sob a perspectiva da memória, o livro digital apresenta as mesmas características da cibercultura, ou seja, por sua possibilidade de atualização contínua e pela instabilidade do meio, apresenta visíveis relações com o presente, e em alguns casos, com o passado; mas, tal qual a memória humana, não garante sua guarda para o futuro. Já existem algumas instituições e pesquisadores preocupados com a guarda do arquivo digital, porém ainda há muitas variáveis devido aos avanços tecnológicos de *hardware* e *software* e à multiplicidade de centros, próprios da cibercultura. No documento do Fórum de Cultura Digital Brasileira (LOURENÇO, 2009) é detectada a falta de um gerenciamento nacional para evitar duplicações de materiais, ocasionando assim um desperdício de recursos. Sinaliza também que os órgãos governamentais incentivam a preservação do patrimônio digital em formatos de arquivos abertos para que possam ser acessados em *softwares* livres, evitando a obsolescência do meio. Dodebei (2011) ressalta que o Brasil está envolvido em importantes movimentos internacionais da área como o *Movimento de Software Livre* e em projetos de patrimônio, como a *World Digital Library*; contudo, mesmo que existam “diferentes iniciativas de digitalização e gestão de artefatos digitais, não há uma política de coordenação desses esforços e tampouco adoção sistemática de software livre” (LOURENÇO, 2009, p. 9).

Ainda não se tem respostas definitivas para a “memória digital”. Dodebei (2011) afirma que “qualquer coisa na Internet pode caber nesta categoria, que se configura como um grande guarda-chuva” (DODEBEI, 2011, sem página). De acordo com a *Carta sobre la preservación del patrimonio digital*, disponibilizada pela UNESCO, “[los] objetos digitales pueden ser textos, bases de datos, imágenes fijas o en movimiento, grabaciones sonoras, material gráfico, programas informáticos o páginas Web, entre

otros muchos formatos posibles dentro de un vasto repertorio de diversidad creciente”¹⁸ (UNESCO, 2003, sem página), confirmando que o conceito apresentado para patrimônio digital é bem amplo, o que pode ser interpretado como um aspecto positivo, condizente com as possibilidades de materiais que podem surgir dentro da cibercultura, delegando ao observador/pesquisador a seleção do que é representativo e deve ser preservado.

¹⁸ Os objetos digitais podem ser textos, base de dados, imagens fixas ou em movimento, gravações sonoras, material gráfico, programas de computador ou páginas da Web, entre outros muitos formatos possíveis dentro do vasto repertório da diversidade crescente (tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto ao longo do trabalho, a cibercultura imprime uma nova lógica de organização e de estrutura para potencializar, a partir do acesso as informações, a memória social. De maneira horizontalizada, a hierarquia estabelecida no ambiente digital é diferente da que ocorre no mundo “tátil”. Neste último, para facilitar o processo de localização de informação é necessário que haja uma estrutura de grupos e subgrupos que indiquem em qual lugar do espaço está situado tal artefato, que foi arquivado provavelmente levando em conta um dos assuntos abordados; já no ciberespaço, as informações não precisam estar nesta ou naquela estante, elas podem estar em “todas” ao mesmo tempo, tendo em vista que a “pasta”¹⁹ específica de seu armazenamento é irrelevante, diante da possibilidade de busca de arquivos com uma simples digitação de palavras-chaves dentro do sistema, o que pode ser feito em qualquer lugar onde exista sinal de internet, obtendo deste a disponibilização dos arquivos referentes. Ao identificar-se tal método de busca, deve-se repensar nas formas de indexação biblioteconômicas, tendo em vista que a página – no caso do livro – não se faz mais essencial na busca de determinada citação, uma vez que se pode localizá-la digitando diretamente a própria citação, verificando, desta maneira, o contexto na qual está inserida. Sendo assim, a lógica de entrada no conhecimento se inverte no ciberespaço, porque através dos hipertextos inicia-se a leitura do micro para o macro, ou seja, da palavra-chave para o texto como um todo e, conseqüentemente, para o contexto em que este está inserido. Observa-se que esta é uma diferença do que ocorre no livro impresso, onde o primeiro contato se faz com as instituições que outorgam sua credibilidade – o título, o autor, a editora, a capa, o resumo. Vale ressaltar que a maneira com que o leitor se entrega à experiência da leitura é distinta, dependendo do meio utilizado, se

¹⁹ Pasta é uma metáfora para os protocolos de localização.

impresso ou virtual, devido a esses pré-conceitos formulados com os dados oferecidos.

Sob o ponto de vista do comunicador, a cibercultura possibilita que todos tenham voz, que transmitam sua mensagem, que o próprio autor possa atuar como editor, designer, distribuidor, vendedor... contudo, o que se percebe é que na visão/percepção do receptor, ainda se fazem importantes as instituições, as quais agregam credibilidade aos conteúdos e filtram o que vale a pena ser visto ou não. O papel dessas instituições diz respeito à confiabilidade e são compostas por grandes corporações, pesquisadores, empresas, amigos... enfim, autoridades da área que levam os usuários a confiar na informação disponibilizada.

No que tange a “guarda e permanência da memória” é incontestável o valor das instituições da memória do mundo “físico” – bibliotecas, museus, arquivos –, as quais são imprescindíveis no mundo digital. Em função da obsolescência dos meios, devido aos rápidos avanços tecnológicos, é de extrema importância que grupos sejam responsabilizados pela manutenção de softwares e arquivos digitais, cuidando para que estes se mantenham acessíveis a futuras gerações, já que grande parte dos artefatos que guardam traços do presente são de ordem virtual. Devido à característica de descentralização do ciberespaço, torna-se necessário que haja um gerenciamento desses esforços, delimitando padrões e ações a serem seguidos nos diferentes pontos de atuação. Outro fator relevante é o olhar do pesquisador sobre esses artefatos, selecionando o que deve ser resguardado e o que pode permanecer à *mercê* de alterações, que podem ocorrer no ciberespaço. Essa observação é igualmente válida para as pessoas, as quais deveriam refletir sobre quais de suas memórias pessoais deveriam ser preservadas, podendo então armazenar no computador aquelas que realmente merecessem ser guardadas. Evita-se, assim, o risco de perderem-se materiais importantes por descuido ou por se tornarem invisíveis no meio de um excesso de informações, já que nem todas as pessoas têm o hábito de indexar palavras-chaves que as auxiliem a recuperar o conteúdo.

No que cerne ao livro digital, percebe-se uma grande expectativa da parte dos pesquisadores frente às potencialidade da hibridização de linguagens e da leitura não-linear através dos hipertextos. No entanto, muitos livros digitais não exploram essas características, fornecendo um material análogo ao impresso. A maioria dos textos utiliza o hipertexto para conduzir o leitor às notas de fim ou ao glossário ou

ainda, às referências bibliográficas, mantendo-o dentro do mesmo arquivo, dificultando-lhe a autonomia de cambiar de materiais, o que poderia, como fala Lemos (2002), levá-lo a “escrever lendo”, saltando de um texto para outro, por meio dos hipertextos,

A ligação entre materiais através de conceitos e associações – hipertexto – se dá mais corriqueiramente nos sites em geral e não naqueles autodenominados e-books ou livros digitais. Essa peculiaridade pode ser interpretada como característica própria a leituras mais longas, o autor/editor pode ficar receoso quanto a conduzir o leitor para fora do seu texto temendo que ele não retorne e, assim, não acompanhe o desenvolvimento de seu pensamento. A escolha de trocar de conteúdo fica a cargo do usuário, que pode ler de modo não-linear inclusive nos materiais impressos.

É interessante que a possibilidade de hibridização de linguagens no ciberespaço seja pensada na concepção da obra pelo autor, editor ou designer, pensando na experiência completa que o leitor teria com o livro digital, mas também não deve ser descartada a possibilidade do próprio leitor indexar outros conteúdos, próprios de seus referenciais, para futuros usuários, contribuindo assim para um material coletivo, que possibilite a construção de diferentes pontos de vista, transformando este artefato em algo semelhante ao SocialBook, de Bob Stein(2011).

Conclui-se que, nesta nova ordem digital onde cada vez mais ideias tornam-se possíveis de ser realizadas, o ato da escolha adquire um maior grau de autoridade, tanto da parte do produtor quanto da parte do receptor. Em cada projeto deve-se priorizar o que pode ser mais interessante em determinado contexto; portanto, da mesma forma que no livro impresso existem categorias distintas para diferentes objetivos – livro de capa dura, de bolso, brochura, ilustrado, infantil, técnico etc – no mundo digital disponibilizam-se variadas possibilidades, as quais também devem ser exploradas. Em determinadas situações um vídeo pode agregar mais à leitura do que uma imagem; em outras, pode ocorrer a busca pela imersão à leitura, onde distrações, como links, imagens e diálogos podem não ser bem-vindos.

A fragmentação e multiplicidade da Modernidade Líquida permitem que as formas tradicionais não sejam extintas para dar lugar a novas estruturas; o livro impresso e a leitura linear não precisam tornar-se obsoletos frente às possibilidades digitais, principalmente porque a experiência de ler um livro impresso é distinta da de ler um livro digital. Assim como o cinema não deixou de existir em virtude da

televisão; o homem se permite em determinado momento optar por um e em outra situação, por outro. Oferecer um livro digital com as mesmas características do impresso não impede que seja ofertada também uma versão em formato adaptável para celulares e ainda outra que permita ser reconstruída infinitamente pelos leitores. A alternativa de atualização do conteúdo permite que um livro nunca esteja totalmente finalizado; como Borges (1986, apud MACHADO, 1993, p. 190) já dizia: “O conceito de texto definitivo [...] não corresponde senão à religião ou ao cansaço”, posto que, ao ser feita uma nova leitura, normalmente surgem novas possibilidades de construção do conhecimento e da narrativa. A partir dessa constatação de Borges percebe-se que é próprio do conhecimento ser remodelado, mantendo-se atual – prática esta que é facilitada pelo ambiente digital – no entanto, a cultura impressa coroou o conceito de texto definitivo, já que ele precisa estar finalizado para ser produzido e distribuído, delegando essas atualizações a edições futuras. É pertinente ressaltar que esse sistema de produção corrobora para a construção linear da memória, já que se obtém um objeto passível de ser comparado e analisado, observando as mudanças de uma edição/atualização para outra. Já na cibercultura tal prática é dificultada, tendo em vista que os sistemas automaticamente salvam a nova versão sobre a antiga, imbuindo ao usuário a responsabilidade de salvar cópias, caso julgue necessário. Recorre-se a Weinberger (2007, p. 83), para enfatizar que o conhecimento não tem somente uma forma; simplesmente podem existir inúmeras e nada impede que uma delas seja a eleita pelo pesquisador como representante de determinado contexto e resguardada sem alterações em uma biblioteca virtual, preservando essa memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. In: **Ci. Inf., Brasília**, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>> Acesso em: 24 jun 2012.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BEIGUELMAN, Giselle. **Livros sociais para leitura em rede - Entrevista com Bob Stein**. 2011. Disponível em <http://www.select.art.br/article/reportagens_e_artigos/livros-sociais-para-leitura-em-rede?page=unic> Acesso em 9 jun 2012.
- BEIGUELMAN, Giselle. Projeto em Design. In: **Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**, 9. , 2010, São Paulo. (Comunicação oral). 2010.
- BENKLER, Y. **The Penguin and the Leviathan**: How Cooperation Triumphs over Self-Interest. New York: Crown Business, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350:Culturas híbridas, poderes oblíquos.
- CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista em Rede**, v.1, n.1, dez. 2009/mar. 2010. p. 43-58. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/pdf/edicao-anterior/revista-n1.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2012.
- CARR, Nick. **Rought Type**. 2012. Disponível em <http://www.routhtype.com/archives/2012/05/pay_up_yochai_b_3.php> Acesso em: 25 jun 2012.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo, Editora da UNESP, 2001.
- COELHO, Luiz Antonio Luzio; FABIARZ, Alexandre (Orgs.). **Design**: Olhares sobre o livro. Teresópolis: Editora Novas Ideias, 2010.
- COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza (Orgs.). **Letra Impressa**: comunicação, cultura e sociedade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- DAUER, Stella. O PDF está morto para a publicação digital. In: **Revolução E-book**. mar de 2012. Disponível em: <revolucaoebook.com.br/pdf-esta-morto-para-publicacao-digital/>. Acesso em 3 jun 2012.

DERESIEWICZ, W. Faux friendship. **The Chronicle of Higher Education**. Washington, 1-12, 6 dez 2009. Disponível em: <<http://chronicle.com/article/Faux-Friendship/49308/>> Acesso em: 24 jun 2012.

DIJCK, José van. **Mediated memories in the digital age**. Standfort University Press: California, United States of America, 2007.

DODEBEI, Vera. Patrimônio digital: foco e fragmento no movimento conceitual. In: **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, 6., 2005, Salvador/Ba. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/VeraDodebei.pdf> Acesso em 10 jun 2012.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? In: **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** – Vol. 12, nº 2: abr de 2011. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/abr11/Art_01.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.

DODEBEI, Vera; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço : entre lembrar e esquecer. In: **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** – Vol. 09, nº 5: out de 2008. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out08/Art_02.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4. ed. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LE MOS, André. Ciberultura: **Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEVACOV, Marília; et al. **Tendências na Comunicação**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

LOURENÇO, Rogério Santana. Memória Digital In: **Documentos resultantes da discussão no Seminário Internacional do Fórum da Cultura Digital**; nov 2009. Disponível em: < <http://culturadigital.br/sobre/documentos/>> Acesso em: 24 jun 2012.

MACHADO, Arlindo. Fim do livro? In: _____. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 1997.

MACHADO, Arlindo. Máquina e Imaginário: **O Desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. In: **DataGramaZero -**

Revista de Ciência da Informação – Vol. 09, n° 6: (dez de 2008). Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.

NORMAN, Donald A. . **Design Emocional**: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro; Rocco, 2008.

OLIVEIRA, Danusa Almeida de; SEHN, Thaís Cristina Martino. A transformação da imagem na transição do livro impresso para o digital. In: **Leitura em revista**. Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio n.4, mai., 2012. Disponível em <<http://www.leituraemrevista.com.br/4/ler0104.html>> Acesso em 29 jun 2012.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** – Vol. 11, n° 2: (abr de 2020). Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr10/F_1_art.htm>. Acesso em: 20 set. 2011).

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX, São Paulo: Brasiliense, 1998.

PEREIRA, Vinícius Andrade. Linhas mnêmicas, imaginárias e simbólicas esboçando a face humana. In: **Logos** – n°7: Faculdade de Comunicação Social – UERJ, 1997. ISSN 0104-9933

POOLE, Buzz. **The social context of reading**: five questions for Bob Stein. 2011. Disponível em <<http://imprint.printmag.com/innovation/the-social-context-of-reading-five-questions-for-bob-stein/>> Acesso em 9 jun 2012.

PRIMO, Alex. Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador. In: **404NotFound**, n. 45, 2005. Disponível em:<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/enfoques_desfoques.pdf > Acesso em 2 jul 2012.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens Líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Ed. Paulus, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SEHN, Thaís Cristina Martino. Monografia. Bacharel em Design Gráfico. Orientador: Daniel Acosta. **O Livro como objeto de desejo**. Pelotas: UFPEI, 2009. Disponível em: <<http://www.thaissehn.daportfolio.com/about/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

SPILLER, Neil (ed.). **Cyber Reader**: Critical Writings for the Digital Era. London: Phaidon Press, 2002.

STEIN, Bob. Os futuros do livro. In: **Fórum da Cultura Digital Brasileira**. São Paulo. (Comunicação oral). 2010. Disponível em <<http://culturadigital.br/forum2010/2010/12/06/integra-da-palestra-de-bob-stein-sobre-os-futuros-do-livro/>>. Acesso em 23 abr. 2012)

UNESCO. **Carta sobre la preservación del patrimonio digital**. 15 out 2003. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/es/ev.php->

[URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](#)> Acesso em: 24 jun 2012.

VANDERBERG, Bem. Changing Mindsets: Digital Publishing is Not Simply a PDF. In: **DPCI**. Jan 2012. Disponível em: WWW.databasepublish.com/blog/changing-mindsets-digital-publishing-not-simply-pdf Acesso em: 3 jun 2012.

WEINBERGER, David. **A nova desordem digital: os novos princípios que estão reinventando os negócios, a educação, a política, a ciência e a cultura**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2007.